

BRASA XII
2014 – BRASA – Brazilian Studies Association

**Tecnologias de Informação e Comunicação e o processo de desenvolvimento de
políticas públicas: as mobilizações de junho de 2013 no Brasil**

Rafael de Paula Aguiar Araújo (PUC-SP/FESPSP)
e-mail: rafa77@uol.com.br

Londres
2014

Resumo

Segundo o geógrafo Milton Santos vivemos hoje em uma cidade técnico-científica-informacional. O rápido desenvolvimento da tecnologia conduz as sociedades a uma aceleração que a cada dia comprime a relação espaço-temporal. Esse processo resulta em uma nova realidade que oferece significativos impactos ao cotidiano social e que merece uma reflexão mais apurada. A tecnologia modifica diretamente a realidade social impondo novas formas de sociabilidade e modifica a vida política, construindo diferentes formas de participação por parte dos governados e de mecanismos de controle por parte dos governantes. Nos últimos anos temos visto a presença das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possibilitando criativas formas de ativismo e de contestação do modelo democrático. Diferentes grupos da sociedade civil, organizados em rede, têm construído estratégias de intervenção junto aos governos com o intuito de modificar o processo de desenvolvimento de políticas públicas. Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas dessas estratégias que culminaram no exercício de pressão por parte dos governados no Brasil em junho de 2013 e que resultaram em respostas por parte dos governantes. As milhares de pessoas que tomaram as ruas, inicialmente mobilizadas pelo Movimento Passe Livre, em protesto ao aumento de tarifas nos transportes públicos, foram suficientes para que os governos, em diferentes instâncias, tomassem medidas pontuais como resposta. O trabalho fará, em um primeiro momento, um levantamento das estratégias de mobilização adotadas e, posteriormente, uma análise das medidas adotadas por parte do Estado. Por fim, espera-se poder fazer uma reflexão sobre o significado da presença das tecnologias em nossa época, no que diz respeito à capacidade de mobilização, mas, principalmente, em relação ao uso das TICs como meio que viabiliza novas formas de participação no processo de desenvolvimento de políticas.

Palavras chave: Tecnologias de Informação e Comunicação; ciberativismo; políticas públicas; participação política; democracia.

Introdução

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm ganhado destaque na sociedade contemporânea por contribuírem significativamente para alterações nas relações sociais em diversos sentidos. As TICs têm sido capazes de modificar o processo de produção de bens materiais e imateriais; de exercer influência direta nos sistemas políticos, ao possibilitar novas formas de atuação e ação; e de produzir novos valores sociais, culturais, econômicos ou políticos. As transformações não são apenas no modo de desenvolvimento das políticas institucionais, mas também na forma como outras arenas públicas têm sido ocupadas. Nesse sentido, os protestos no Brasil ocorridos no mês de junho de 2013 são exemplares.

O intenso uso das tecnologias abriu novas possibilidades para que a sociedade civil pudesse ampliar sua participação ativa na vida pública, ampliando a capacidade de mobilização e a articulação dos cidadãos, possibilitando um maior envolvimento dos atores sociais. Além disso, a própria produção de informação e a disputa pela formação da opinião foram transformados, deixaram de ser unidirecionais e verticais (como na mídia tradicional) e passam a ser multidirecionais e horizontais. Mesmo que de maneira não explícita, pode-se afirmar que a sociedade e a política passam por reconfigurações mediatizadas por aparatos digitais (PINHO, 2012). Em outras palavras, a internet contribui para novos processos de relacionamentos e vivências. Joan Subirats (2011) em “Otra Sociedad, Otra Política?” afirma:

Se queremos uma democracia viva, se queremos uma política compartilhada, necessitamos de espaços e oportunidades que permitam debates abertos, onde se construam ideais e visões também compartilhados. Espaços em que todos e cada um possam intervir. Essas são as bases para poder falar de cidadania, de inclusão social, de uma nova relação com a natureza. Em definitivo, uma sociedade em que valha a pena viver (SUBIRATS, 2011, p. 6)¹.

Nos últimos anos podem ser observadas diversas mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil. Novos arranjos sociais implicam em um novo *modus operandi* a partir de algumas características da sociedade civil contemporânea como sua fragmentação, complexidade e pluralidade. Por outro lado, o Estado também passa por mudanças significativas em sua organização e funcionamento, principalmente após anos de governos neoliberais no Ocidente. O enfraquecimento do Estado também auxilia no crescimento e desenvolvimento da organização da sociedade civil. Com isso, esses novos arranjos institucionais e sociais ampliam significativamente os espaços de participação cidadã.

Nessa perspectiva, a arquitetura em rede da internet, somada às ferramentas de interação, tem possibilitado uma criativa agenda de ações políticas, que podem significar um avanço no desenvolvimento dos processos democráticos. Essas tecnologias possibilitam novos mecanismos de comunicação com o Estado e viabilizam diferentes articulações da sociedade civil. As TICs, nesse sentido, têm sido usadas por órgãos e instituições estatais, mas também por indivíduos e grupos sociais organizados da

¹ Tradução dos autores.

sociedade, como forma de ampliação da esfera pública e da arena política, numa via de mão dupla (SUBIRATS, 2011; PINHO, 2012; QUINN, 2009).

O Estado e a sociedade civil se apropriam dessas ferramentas para fazer valer seus pontos de vista e articulações políticas. Quando as ações partem do Estado para a sociedade civil ficam conhecidas como modelos *top-down*, ou seja, de cima para baixo. Quando, ao contrário, partem da sociedade civil para o Estado, o modelo é denominado de *botton-up*, de baixo para cima. Ambos são muito utilizados para pensar o fazer político e a participação democrática. Atualmente, na literatura da Ciência Política, têm sido encarados como modelos de discussão e implementação das políticas públicas. Assim, quanto maior o diálogo ou contatos porosos entre Estado e sociedade civil mais se definem como democráticas as políticas adotadas ou realizadas.

As movimentações sociais, no atual estágio de desenvolvimento da tecnologia e do sistema capitalista, procuram novas estratégias de ação e reordenamentos. Nesse sentido, a avaliação do uso da internet na articulação das ações políticas é fundamental para a compreensão da cidade tecno-científica-informacional e das estruturas de resistência e intervenção que são gestadas como meio para o empoderamento do cidadão. Esse artigo tem por objetivo auferir os processos de articulação entre a sociedade civil organizada e o Estado, especialmente no que tange os aspectos de participação cidadã no ciclo de políticas públicas. Mas também quer avaliar a importância de diversas estratégias de mobilização social empreendidas por diferentes organizações sociais. Trata-se, assim, de dar materialidade à relação entre a política institucional e o uso das TICs como meio de intervenção e participação democrática. O uso estratégico da tecnologia surge como um elemento central de resistência da população e de desenvolvimento do civismo.

Especificamente, o trabalho procura analisar como ocorre a influência do uso das TICs no ciclo de desenvolvimento de políticas públicas, como meio capaz de formar a opinião dos cidadãos e estabelecer demandas da sociedade civil. O webativismo aparece como estratégia de articulação e de exercício de pressão, ampliando a possibilidade do Estado incluir as demandas em sua agenda e, em alguns casos, modificar os processos decisórios e de implementação de políticas. A análise dessas ações e de seus impactos pode permitir uma maior caracterização dessa nova forma de participação política. Parte-se do princípio que da mesma forma que o Estado se vale dos meios de comunicação para pautar a agenda e auferir informações importantes sobre os impactos das ações

desenvolvidas, a sociedade civil através dos meios digitais, do uso de recursos e de articulações, estabelecem (ou tentam estabelecer) uma pauta de discussões capaz de suscitar demandas ao Estado e direcionar a formulação de políticas públicas.

Nos últimos anos são inúmeros os exemplos de ações que partem de um lado (Estado) ou de outro (sociedade civil) para, através dos dispositivos digitais, exercerem influência nas ações políticas. O próprio Estado ao perceber as possibilidades de uso dessas ferramentas como instrumento político tem procurado criar espaços para ampliar a participação cidadã. No Brasil, um exemplo disso é a criação do projeto E-Democracia pela Câmara dos Deputados (<http://edemocracia.camara.gov.br/>), pelo qual qualquer cidadão encontra espaço para sugestão, debates e encaminhamento de propostas que podem ser discutidas no Congresso Nacional, ampliando a possibilidade do exercício democrático. Mais recentemente, o poder Executivo Federal criou o Portal da Participação Social (<http://www.psocial.sg.gov.br>) tentando estimular um novo método de governo, como afirmado por eles mesmos. Vale lembrar que no governo Lula (2003-2010) houve várias experiências de incentivo à participação política institucional através do uso das TICs, como por exemplo o portal do MinC (ARAÚJO, PENTEADO & SANTOS, 2010).

As ações que partem da sociedade civil, por sua vez, também encontram espaços de atuação na internet como, por exemplo, o caso do *Movimento Cansei* (instituído em 2006 e logo depois desfeito), a *Rede Nossa São Paulo* (PENTEADO, ARAÚJO & SANTOS, 2012a e 2012b) ou mesmo diversos outros movimentos surgidos ou ampliados pelas redes sociais, especialmente o *Twitter* e o *Facebook*. Recentemente esse fenômeno ganhou destaque no Brasil por diferentes protestos ocorridos desde junho de 2013, iniciados pela elevação da tarifa de transporte urbano, mas que se ampliou para diferentes causas. Outros protestos têm ocorrido em outros países, tais como a Turquia e Egito, com importantes desfechos políticos. Esse artigo, no entanto, ficará centrado no webativismo ocorrido no Brasil, mais especificamente as assim chamadas jornadas de junho, o corridas no ano de 2013. Foram observadas as estratégias de mobilização e uma avaliação da repercussão das movimentações, que obrigou o governo a tomar medidas emergenciais como meio de responder às demandas e lidar com a situação de descontrole.

1. Participação política e sociedade civil

O surgimento de novos espaços virtuais, que incorporam as demandas políticas da sociedade, se insere dentro de um quadro de crise da democracia representativa (ou da sua legitimidade) e a incorporação das novas ferramentas (TICs) que permitem novos desenhos participativos. Diversos autores e pesquisas têm refletido sobre a democracia representativa e suas dificuldades de legitimação e funcionamento, uma vez que os cidadãos são convidados (ou intimados) a participar apenas no momento eleitoral. Desse modo a democracia representativa existe, sobretudo, como participação eleitoral, uma vez que outras possibilidades de participação são limitadas ou inexistentes, variando conforme cada regime democrático.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF 88) incentivou a organização da sociedade civil para lutar e reivindicar seus direitos, ampliando a participação política nas decisões do Estado depois de mais de 20 anos de ditadura militar. A partir de então foram estimuladas as participações populares e da sociedade civil em diversos conselhos que passam a existir com a intenção de subsidiar reuniões, encontros, debates e discussões sobre as políticas que deveriam ser adotadas pelo Estado em todas as suas esferas, municipal, estadual e federal. Exemplo muito conhecido e estudado dessa iniciativa é a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre (RS) no início dos anos 90, que hoje se espalha por diversas cidades do Brasil e do mundo. Atualmente, algumas cidades brasileiras como Recife e Belo Horizonte têm radicalizado essa experiência, ao adotarem o chamado Orçamento Participativo Digital (OPD) feito com base na participação *online*.

Uma consequência desse “apoio” constitucional são as leis de iniciativa popular (também contempladas na CF 88) que passaram a existir como possibilidade efetiva na realidade política brasileira. Um exemplo recente é a “Lei da Ficha Limpa”, sancionada pelo presidente Lula em 2010 (Lei Complementar nº 135/2010), mas que foi articulada por organizações da sociedade civil e já vinha de uma forte campanha desde 2008. Apesar de toda a movimentação e apoio a lei só entrou em vigor de fato após ser analisada e aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012.

Como observado, os usos da internet pela sociedade civil têm possibilitado novas formas de participação política, sobretudo depois do advento da Web 2.0. Isso deriva das facilidades com que as informações circulam e atuam na formação da opinião pública e, mais importante ainda, pela possibilidade de se exercer pressão nos gestores públicos para que as demandas da sociedade civil sejam contempladas no campo político. O que

se constata é que a comunicação e a troca de informações deixam de ser unidirecionais (e hierárquicas) de cima para baixo e tornam-se multidirecionais, transitando por diversos sentidos e caminhos. Isso altera não apenas a forma de fazer política, mas também a própria sociedade. Nos casos analisados nesse artigo, as transformações políticas e tecnológicas contribuem de alguma forma para a alteração do ciclo de desenvolvimento de políticas públicas. Isso aponta para novas possibilidades que merecem ser avaliadas com cuidado, a fim de que se possa realizar um diagnóstico mais preciso sobre essa nova realidade.

A própria ideia de participação política pode ser pensada de diferentes maneiras. Pode fazer referência a cidadãos que estão presentes na política profissional ou em ativismos políticos organizados. A participação política pode associar-se a envolvimento efetivos na tomada de decisões políticas com o exercício de pressão ou com a sugestão de alternativas para diferentes questões que entram na agenda de debates. É possível, portanto, associá-la à participação cidadã. As TICs têm colaborado para ampliar ou incrementar essas possibilidades. Como consequência para os cidadãos, a política aos poucos deixa de ser uma prerrogativa do Estado e passa a incorporar novos atores e práticas, que geram criativas formas de intervenção no processo político. Essa participação é definida por Nogueira (2013):

A participação política mostra-se, portanto, como uma participação de forte conteúdo cívico, relacionado à pólis. Seu alvo não é a conquista do poder, mas a criação de condições para afirmação de novas formas de poder que sejam capazes de pressionar o poder, os governos e os gestores com pleitos associados à cidadania. Nesse sentido, aproxima-se do que tem sido chamado de “participação cidadã”, uma interação complexa e contraditória entre Estado, mercado e sociedade civil que se abre para novas formas de reivindicação, controle social e gestão (NOGUEIRA, 2013, p. 156).

Nesse contexto surgiu um novo termo para essa nova prática política: *democracia digital*. De acordo com José Eisenberg (2013) a internet vem auxiliando na transformação da democracia participativa através (1) da redução do custo da ação coletiva ao dispor informações e materiais de divulgação de ideias; (2) da redução do custo de participação dos agentes individuais; (3) da formação de novas identidades coletivas através de espaços temáticos; (4) da horizontalidade da comunicação e; (5) da possibilidade dos movimentos sociais avaliarem a repercussão das atividades políticas.

Assim, mesmo que a democracia participativa não esteja plenamente incorporada

à sociedade, ela passa a ter presença cada vez mais importante dentro do funcionamento da democracia representativa atual. As redes sociais são convertidas em um novo espaço público que encoraja a participação dos mais variados atores sociais em suas lutas e reivindicações políticas. A velha dicotomia existente entre democracia representativa e democracia participativa, pode ser superada pelos novos adventos tecnológicos².

Essa nova prática de atuação, até por sua natureza horizontalizada, apresenta uma dificuldade metodológica. Novas ações surgem rapidamente, ocorrem alterações de nomenclatura, desativações e parcerias. A partir de pesquisa realizada anteriormente³, quando foi feito um levantamento do webativismo atuante na cidade de São Paulo, foi possível perceber a característica dinâmica das redes tecnossociais. As instituições e movimentos sociais adotaram diferentes estratégias de mobilização com o objetivo de tomar as ruas e exercer pressão sobre o poder público. Das ações que foram estudadas, ganharam destaque as mobilizações lideradas pelo Movimento Passe Livre que culminaram nas chamadas Jornadas de Junho. As centenas de milhares de pessoas que tomaram as ruas e as incontáveis repercussões pela internet e pela mídia tradicional foram capazes de exercer pressão sobre os governantes. O movimento ocorrido no país foi um bom exemplo da relação existente entre as TICs e a participação política.

2. TICs e Participação Política

A partir da reconstrução do debate sobre o conceito de capital social de Robert Putnam como um meio de fortalecer a democracia e práticas coletivas, Mattos (2007) busca relacionar a cultura de confiança e comportamentos cooperativos (capital social) com a comunicação mediada por computadores (CMC). Segundo a autora, para que as ações na internet ganhem viabilidade e se concretizem é necessário que se desenvolva e se consolide o capital social como um fator responsável por promover a formação de uma comunidade fortemente engajada para a realização de mudanças sociais.

O capital social cria condições para a superação do dilema da ação coletiva, gera

² O caso da Islândia e a elaboração de sua nova Constituição pós crise econômica (ponderando-se todas as suas especificidades) pode ser um bom exemplo dessa nova possibilidade política.

³ Cf. ARAUJO, PENTEADO e SANTOS, 2013.

um contexto de cooperação para a formação de um sistema cívico de participação, estruturado em regras de confiança e reciprocidade dos membros da comunidade. Sua acumulação é feita pela prática de ações coletivas sociais que estimulam a formação de laços sociais. A existência de capital social facilita a cooperação, permite a formação de uma cultura cívica de engajamento e participação pública e cria um contexto social favorável para a realização de ações que promovam o desenvolvimento social (PUTNAM, 2002).

Mattos (2007), reconhecendo que existem diferentes posições quanto a possibilidade da internet criar e fortalecer capital social ou então promover uma corrosão do caráter (cf. SENNETT, 1999) por meio da promoção da maior individualidade do tempo livre. A autora identifica quatro pólos de estudos do capital social: a confiança, a reciprocidade, a erosão do caráter e as redes sociais (laços sociais) como fatores de acumulação de capital social.

Desses quatro pólos, três – confiança, reciprocidade e redes sociais – são elementos que possibilitam a criação de condições favoráveis para o desenvolvimento de ações cívicas que encontram no ciberespaço um lugar para seu desenvolvimento e fortalecimento, amparados por uma cultura digital participativa e colaborativa (LE MOS, 2004). No espaço interconectado e estruturado por redes da internet existe a possibilidade do desenvolvimento de práticas colaborativas e interativas que ajudam na construção do capital social, promovendo ações que fomentam a confiança, a reciprocidade e a criação, como o fortalecimento de redes sociais. Um exemplo de cibercultura colaborativa é a Wikipédia, enciclopédia digital coletiva construída com a colaboração dos seus usuários. Outro exemplo é a popularidade das principais redes sociais da internet, especialmente o *Facebook* e o *Twitter*, responsáveis por produzir novas formas de sociabilidade, que são tecidas dentro do ambiente virtual, caracterizado pela interação e compartilhamento de conteúdos, formando uma cultura da interatividade (PINEZI *et al*, 2012).

Dentro da sociedade organizada no paradigma de rede – a Sociedade em Rede (CASTELLS, 1999) – as redes sociais se configuram como uma nova morfologia social, que promovem uma mudança nos processos produtivos, nas relações de poder e cultura. Nessa nova configuração social e informacional, o espaço digital da internet cria condições para aumentar a concentração de poder e exclusão social; mas, por outro lado, possibilita a tessitura de novas relações sociais desenvolvidas e alimentadas a partir da horizontalidade característica das redes cívicas, que são conectadas *online* e *offline* com o

intuito de promoverem o desenvolvimento local (FREY, 2003).

Como aponta Maia (2007), os atores coletivos da sociedade civil se valem dos recursos da internet para promover novas práticas de ação. A autora indica que existem diferentes tipos de redes da sociedade civil operando dentro do ambiente virtual, sendo que muitas delas buscam exercer influência sobre o Estado e suas políticas, configurando novas práticas políticas que se estabelecem por meio do uso das TICs. Os atores coletivos cívicos têm utilizado os recursos da internet para diferentes práticas, que Maia (2007, p. 47-48) agrupou em quatro tipos de rede: redes para a produção de conhecimento técnico competente (organizar conhecimento para serem empregados pelos movimentos sociais), redes de memória ativa (formação de centros virtuais de informação e comunicação), redes para a produção de recursos comunicativos (produção de recursos para ampliar a capacidade de comunicação e aproveitamento das oportunidades que a internet oferece) e redes de vigilância e solidariedade à distância (desenvolver formas de defesa dos direitos dos cidadãos).

A partir desses quatro tipos de rede, Maia identifica quatro diferentes padrões de interação entre os atores coletivos cívicos no ambiente virtual da internet, “para gerar efeitos potencialmente democráticos”: a) interpretação de interesses e construção de identidade coletiva; b) constituição de esfera pública; c) ativismo político, embates institucionais e partilha de poder; d) supervisão e processos de prestação de contas. Esses padrões acabam por modular as formas de atuação *online* das diferentes organizações da sociedade civil em suas mais variadas práticas políticas, sociais, econômicas, culturais, comunicacionais e organizacionais.

Atuando dentro de um novo espaço (ciberespaço) e de um novo paradigma (rede), a sociedade civil organizada, em suas diversas formas, promove novos tipos de ações coletivas, gerando novas formas de ativismo e de emponderamento através de articulações em rede e participação política (e-participação). Scherer-Waren (2006) destaca que estamos vivenciando um novo formato de organização da sociedade civil: redes de movimentos sociais. Essas redes se articulam em diferentes níveis: associativismo local; formas de articulação inter-organizacionais (redes de redes); mobilizações na esfera pública (produzir visibilidade e efeitos simbólicos para os participantes e a sociedade em geral); e captação de recursos materiais de sustentação organizacional.

As redes de movimentos sociais da sociedade globalizada integram diversos

atores sociais (nível local e global, diferentes tipos de organizações sociais e diversidade de valores e interesses), que apesar de haver conflitos internos entre seus participantes, conseguem formatar um sujeito plural que incorpora uma multiplicidade de bandeiras, identidades, valores e projetos, articulados em torno da transversalidade de direitos na luta pela cidadania, por meio do alargamento da concepção de direitos humanos e a ampliação da base das mobilizações (SCHERRER-WAREN, 2006).

Rompendo com o modelo *top-down* de engajamento estruturado em iniciativas dos governos de uso das TICs como suporte para participação cidadã, formas inovadoras de atuação da sociedade civil têm sido desenvolvidas no sentido de promover novos meios de participação e empoderamento de entidades e organizações da sociedade, havendo a necessidade do desenvolvimento de um modelo de estudo dessas práticas (MACINTOSH & WHYTE, 2008).

A internet oferece diferentes oportunidades para os cidadãos intervirem e atuarem na vida política, criando mecanismos para o desenvolvimento de uma participação online (e-participação), pela qual o uso das ferramentas das TICs possibilita o envolvimento da sociedade civil na busca de soluções para alguns dos problemas da sociedade (MEIJERT *et al.*, 2009). Tamborius *et al* (2007: 9) ao estudarem experiências europeias de e-participação identificaram diferentes níveis: eInformação (canal de informação para os cidadãos), eConsulta (canal de comunicação *online* para coletar respostas e alternativas do público), eEnvolvimento (assegurar que as preocupações públicas são compreendidas e levadas em consideração), eColaboração (canal interativo entre o cidadão e o governo, pelo qual os primeiros podem participar ativamente do desenvolvimento de alternativas e na identificação de soluções preferidas) e eEmpoderamento (facilita a transferência da influência, controle e formulação de políticas para o público) (TAMBORIUS *et al*, 2007, p. 9).

Atento às transformações dos movimentos sociais, Machado (2007) identifica que inicialmente os mesmos eram percebidos dentro de uma visão marxista-estruturalista, como uma manifestação da luta de classes dentro da sociedade capitalista. Contudo, com a proliferação de movimentos sociais, essa perspectiva torna-se inadequada para trabalhar com movimentos que abrangem uma multiplicidade de causas, criando-se o paradigma dos Novos Movimentos Sociais (GOHN, 2012), que engloba as reivindicações pacifistas dos anos 70, o feminismo, a luta pelos direitos civis, o ambientalismo, entre outros. Gohn (2012) aponta que com o processo de globalização ocorrem transformações no cenário

político, tais como a reforma do Estado e a ascensão de políticas neoliberais, que levaram a um movimento de institucionalização das demandas sociais, modificando as formas de atuação dos movimentos, inclusive com o surgimento do terceiro setor, que passam a atuar dentro das instituições participativas do Estado. Entretanto, a estratégia de institucionalizar os conflitos sociais como resposta às demandas dos movimentos sociais não conseguiu atender aos problemas existentes, favorecendo a busca de caminhos de ação alternativos, principalmente pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e pela articulação em rede dos movimentos sociais.

Por meio do uso das TICs o ativismo das entidades da sociedade civil ganhou novos contornos e formas de atuação. A internet cria uma conjuntura capaz de tecer novas formas de relações sociais, novos fomentos de capital social, novos meios de ativismo, mecanismos de e-participação e criativas estratégias de ação de maneira a promover o empoderamento da sociedade civil. Sandor Vegh (*apud* Cavalcante, 2010) identifica três modalidades de ciberativismo: (a) awareness/ advocay (conscientização/ apoio) – emprego da internet como meio alternativo à mídia tradicional de notícia e pesquisa, formando uma rede de distribuição de informações; (b) organização e mobilização – chamada para uma ação *offline* (mobilização usando os recursos de comunicação da internet), que pode ser mais eficiente *online* (envio de correspondência para autoridades) e a chamada para uma ação que só pode ser realizada *online* (envio de *spams* para derrubar os servidores); e (c) ação e reação – ativismo hacker que atua invadindo e congestionando sites.

Araujo & Freitas (2012) ao estudarem o ativismo virtual do site *WikiLeaks* identificaram a polissemia do conceito de ciberativismo e acabam por utilizar uma definição, a mesma adotada para esse estudo, que agrupa as diferentes perspectivas teóricas dos autores que estudam o fenômeno (Castells, Ugarte, Silveira, Antoun & Malini, Marzochi):

Consideramos ciberativismo o conjunto de práticas realizadas em redes cibernéticas, com o objetivo de ampliar os significados sociais por meio da circulação na rede de discursos e de ferramentas capazes de colaborar na defesa de causas específicas. Trata-se de uma nova cultura de ligação com os assuntos de uma cidadania em contexto global (ARAUJO & FREITAS, 2012, p. 114).

Dentro dessa perspectiva ampliada de ciberativismo, o ativismo na internet pode

empregar diferentes formas em suas estratégias de planejamento, articulação e ação, assim como proporcionar a formação de novos movimentos sociais e novas formas de ativismo (MACHADO, 2007). Desta forma, o espaço rizomático da web oferece uma multiplicidade de oportunidades para as ações de movimentos sociais, ONGs e outras associações da sociedade civil, que podem utilizar o ciberespaço para desenvolver estratégias de comunicação (agenda de ações, legislações, notícias, etc.), propiciar interação entre os membros de sua rede e de outras redes (uso de e-mail, fóruns, redes sociais, chats, etc.), oferecer serviços aos usuários, ampliar a captação de recursos, promover mobilizações (*offline* e/ou *online*), ampliar a conscientização e a filiação, criar petições *online* e outras formas de participação por meio dos recursos das TICs.

O rápido crescimento da web também possibilita a criação de uma esfera pública alternativa (MORAES, 2000), pela qual os movimentos sociais e entidades da sociedade civil podem expressar seus *frames* e suas identidades sem a mediação da mídia tradicional, criando uma agenda pública alternativa e mais aberta para a intervenção social. O ciberespaço se transforma em um novo espaço estratégico de comunicação e disputa simbólica que, devido às suas características técnicas, permite que as organizações da sociedade civil desenvolvam estratégias de visibilidade, que ampliem sua capacidade de articulação, organização e mobilização política.

Contudo, é importante destacar que a expansão da internet está associada a um processo de convergência digital das informações. As informações que circulam no ciberespaço estão associadas aos conteúdos produzidos nos meios de comunicação tradicionais, formando o que Jenkins (2008) vai chamar de cultura da convergência. A internet amplia o sistema convencional de circulação e de produção da informação. Dessa forma, as organizações da sociedade civil, em suas estratégias de comunicação e ação, acabam utilizando a web também para pautar a mídia tradicional e circular conteúdos que atendam a seus interesses, aumentando a visibilidade e credibilidade de suas ações.

Atuando dentro do paradigma de redes, as práticas ativistas na web criam um novo sujeito coletivo, mais complexo, capaz de produzir ações que podem criar uma nova dinâmica nas estruturas de poder e democratizar as políticas públicas, abrindo mais espaço para a atuação da sociedade civil (EGLER, 2010). Nesse contexto, o ativismo *online* passa a formar redes de solidariedade e cooperação atuando em escala global, proporcionando novas relações sociais e possibilidades políticas de intervenção da

sociedade na esfera pública (KAHN & KELLNER, 2004).

A partir do conceito de redes tecnosociais – relação de atores que utilizam as redes como suporte telemático – Egler (2010) defende que essa nova forma de organização política e social pode ser um instrumento de inovação nas relações cívicas. As TICs, por sua estrutura e características técnicas, ampliam a capacidade de participação social e possibilitam novas formas de organização das redes sociais, da articulação política e da ação coletiva. Com isso, as tecnologias permitem a criação de uma nova forma de interação entre o Estado e a sociedade civil, horizontal e direta, que potencializa a capacidade de ação para a resolução de problemas sociais, ampliam a cobrança do poder público e a pressão sobre os agentes políticos, e possibilitam outras formas de atividade política.

A maioria dos estudos sobre ciberativismo no Brasil é voltado para a análise da utilização de ferramentas pelos ciberativistas e a avaliação de ações específicas desenvolvidas pelos militantes (ARAUJO, 2011), quase inexistindo pesquisas voltadas para a avaliação do uso da rede como ferramenta para a promoção da participação cidadã no processo de desenvolvimento de políticas públicas, interagindo (em parceria ou através de pressão) por meio dos mecanismos comunicacionais da web com o Estado. Esses tipos de abordagens revelam uma visão restrita do ativismo *online*, encarado somente como forma de resistência, sem considerar a heterogeneidade da sociedade civil e as inovadoras formas de atuação, potencialmente democráticas, que as TICs possibilitam para as organizações civis. Essas ações expressam e afirmam identidades, valores e interesses sem a necessidade de intermediação; além disso, realizam debates públicos que preparam os indivíduos para o engajamento político, mobilizam e conscientizam as pessoas para as pautas dos grupos e contribuem para a criação de ferramentas de fiscalização e transparência do poder público, conforme argumenta Maia (2007).

Por outro lado, a bibliografia sobre a participação da sociedade por meio das novas tecnologias é direcionada para estudar práticas de e-gov, nas quais o governo desenvolve um desenho institucional (*top-down*) que possibilita a participação cidadã por meio do ciberespaço (MACINTOSCH & WHYTE, 2008; MEIJER *et al.*, 2009).

Apesar de cada vez mais as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais utilizarem os recursos das TICs em suas práticas políticas (institucionais e não institucionais) na defesa de seus interesses, como ocorre nos casos analisados nessa

pesquisa, pouca atenção é dada a essas ações, que utilizam os dispositivos de comunicação da internet para participar e influenciar o processo de tomada de decisão política (*policy decision-making*), tornando o processo político mais participativo e democrático (AVRITZER, 2008) ou eficiente e legítimo (PEREZ, 2006), representando uma importante lacuna dentro das Ciências Sociais.

3. E-participação e Políticas Públicas

No sentido de contribuir com o estudo da atuação das diferentes organizações, coletivos e movimentos sociais que utilizam o ciberespaço em suas propostas, foi realizada uma análise de algumas ações, com o intuito de caracterizá-las e avaliar as estratégias de mobilização adotadas⁴. A partir desse estudo foi possível estabelecer um parâmetro de análise para as mobilizações ocorridas em junho de 2013 no Brasil. As jornadas de julho não podem ser consideradas como um movimento único e uniforme, pelo contrário, devem ser vistas como um processo que se desenvolveu de forma assimétrica e horizontal, a partir de diferentes fatores e envolvimento de distintos grupos. Assim, tomaremos por base as estratégias de cinco dos principais grupos envolvidos na organização dos protestos: o Movimento Passe Livre, o Movimento Tarifa Zero, o Coletivo Fora do Eixo, o Mídia Ninja e o AnonymousBR.

As ações desenvolvidas por esses coletivos foram avaliadas a partir de categorias de análise, agrupadas em cinco dimensões: 1) uso dos recursos da internet (Como as organizações utilizam os recursos comunicacionais da internet? Qual a qualidade do site? O site é atrativo e oferece serviços? As informações são atualizadas? Existem canais de interatividade? Apresentam links para outras propostas?); 2) atores envolvidos e capital social (Quais as redes de apoiadores? Quais as parcerias? Existem nomes de pessoas públicas atreladas à ação? Existem instituições vinculadas à ação?); 3) tipos de webativismo e plano estratégico de ação (Quais os tipos de e-Participação puderam ser identificadas? Quais as estratégias de mobilização adotadas?); 4) desdobramento da ação e relação com políticas públicas (As ações realizadas são voltadas para influenciar as políticas públicas? As organizações enviam propostas para o poder público? Oferecem

⁴ Cf. ARAUJO, PENTEADO e SANTOS, 2013.

mecanismo de participação *online* permanente ou controle social por meio da internet?); e 5) repercussão nos meios de comunicação tradicionais (As propostas são veiculadas nos meios de comunicação tradicionais? Os proponentes ganharam espaço na mídia para falar das propostas? As conseqüências da mobilização geraram matérias na mídia tradicional?). O modelo de classificação criado foi construído, dentro de uma perspectiva interdisciplinar, com base nas teorias e estudos sobre e-participação, ciberativismo, comunicação política e políticas públicas, com o objetivo de identificar os diferentes níveis e possibilidades de influência das ações que envolvem a internet de alguma forma.

Foram atribuídas notas de zero a cinco pontos para cada uma das cinco dimensões de cada ação, após a leitura das fichas que continham os registros das análises qualitativas, pautadas pelas categorias criadas. Com isso, foi possível diminuir a subjetividade na atribuição de valores às dimensões e se auferir critérios mais homogêneos para a quantificação. Quando comparadas às outras ações levantadas em pesquisa anterior, as cinco ações selecionadas e que estiveram diretamente atreladas às Jornadas de Junho se destacam. A seguir são apresentados os resultados da análise.

Tabela 01 – 5 Dimensões de análise

Ações	D1	D2	D3	D4	D5
Movimento Passe Livre	4	3	4	5	5
Movimento Tarifa Zero	4	3	4	4	4
Coletivo Fora do Eixo	5	4	5	3	2
Mídia Ninja	4	4	2	1	3
AnonymousBR	3	3	4	2	4

Fonte: elaboração do autor.

Legenda:

- 1) uso dos recursos da internet / TICs
- 2) atores envolvidos e capital social
- 3) tipos de webativismo
- 4) desdobramento da ação e relação com o processo de desenvolvimento de políticas públicas
- 5) repercussão na mídia tradicional

A Tabela 01 apresenta as ações que foram analisadas e as respectivas notas atribuídas a cada uma das cinco dimensões. Os números foram atribuídos após a avaliação de cada uma das ações. No entanto, é preciso registrar o caráter dinâmico do

objeto de estudo, o que pode gerar algumas discordâncias, os número, portanto, devem servir apenas como referência para a análise. A tabela permite comparar as ações em cada uma das dimensões e, a despeito de poder ocorrer imprecisões, permite uma visualização de certa homogeneidade. De forma geral, as notas recebidas em cada uma das dimensões de uma mesma ação são próximas umas das outras, o que indica a maturidade estratégica de cada coletivo ou, quando ocorre uma discrepância entre as dimensões, é possível constatar especificidades da ação. Quando comparadas às diferentes outras ações levantadas em outra oportunidade, as cinco ações relacionadas às Jornadas de Junho demonstram diversidade estratégica e maior eficácia das ações.

As cinco ações selecionadas foram caracterizadas por sua inventividade e dinâmica de ação, agrupando um número significativo de estratégias, tais como campanhas de comunicação envolvendo pessoas públicas, panfletagem e afixação de cartazes, uso de mensagens SMS, convocação em cascata e presença na mídia tradicional. O uso de diferentes estratégias é seguido de uma atualização constante das informações na internet, demonstrando dinamismo e envolvimento.

A principal estratégia de mobilização utilizada pelos coletivos é a criação de eventos no Facebook e a convocação em cascata. As ações também procuraram elaborar e disseminar conteúdos e promover sua circulação nas redes sociais. Outra estratégia identificada foi a criação de eventos artísticos, culturais e educacionais, tais como seminários, palestras de formação e performances diversas como meio criativo de mobilização e engajamento. Também ocorreram conferências e debates online; uso de mensagens SMS; divulgação em mídia tradicional; transmissão ao vivo pela internet (streaming); enquetes; cadastro de militantes; divulgação junto a entidades relacionadas ao tema; hackeamento de sites e envolvimento de pessoas públicas. Essas estratégias, embora tenham sido utilizadas de forma pontual, podem ter exercido um alto grau de influência, especialmente as que envolvem elementos simbólicos, tais como a associação da ação a pessoas públicas e o hackeamento de sites. Além disso, foi possível notar o elevado poder de mobilização da circulação de vídeos de registro realizados pela população e a convocação em cascata, capaz de fazer chegar o convite para um evento a centenas de milhares de usuários do Facebook. O uso de mensagens SMS também é bastante eficaz, pois confere credibilidade às convocações.

Assim, foi possível verificar que as cinco ações selecionadas e que estiveram

diretamente relacionadas às Jornadas de Junho, utilizam uma somatória de estratégias de ação, variadas e criativas, que ultrapassam o simples uso das redes sociais. Merece destaque o fato de que os coletivos reconhecem a necessidade de se manter atividades presenciais, tais como reuniões e grupos de debate, além de panfletagem e colagem de cartazes. Também é possível identificar como estratégia a participação em órgãos governamentais, tais como os conselhos municipais, e a participação de editais para a obtenção de financiamentos públicos para, com isso, ser possível ampliar o alcance das ações.

Desdobramentos e considerações finais

Os pesquisadores Jussara Borges e Othon Jambeiro em artigo sobre os usos da internet na participação política afirmam:

As OSC [Organizações da Sociedade Civil], que historicamente reivindicam espaços de participação e promoção de oportunidades para a esfera civil, vêem na internet uma janela para a expressão de identidades e valores. Nesse sentido, a internet propicia um canal em que os atores podem problematizar suas questões e interesses a partir de sua própria elaboração, questões estas que muitas vezes permaneciam ocultas pelos que controlam os meios de comunicação (BORGES & JAMBEIRO, 2012, p. 45).

O webativismo, em suas múltiplas dimensões, tem demonstrado sua capacidade de debater questões que até então eram esquecidas pela mídia tradicional. Ao circular as informações com velocidade oferece um dinâmico elemento de influência, capaz de pautar as ações dos representantes públicos e, em alguns casos, pautar a agenda da própria mídia tradicional e modificar a opinião pública.

O uso da internet permite a criação de novas formas de exercício da política, para além da representação política tradicional, contribuindo para a ampliação da democracia. As TICs funcionam como importantes ferramentas de ação e comunicação, que permitem a associação dos atores, unidos pelo formato de rede, redefinirem suas relações de poder, eliminando intermediações e possibilitando formas diretas de ação e transformação, inclusive influenciando sobre as políticas públicas (EGLER, 2010).

Após as Jornadas de Junho o governo Brasileiro foi obrigado a reagir. A presidente da república, Dilma Rousseff veio a público e manifestou-se em alguns momentos diante das manifestações. O mesmo ocorreu com prefeitos, governadores e

parlamentares. Em entrevista à TV NBR Dilma disse que seu governo “está ouvindo essas vozes pela mudança”. Logo em seguida o governo anunciou medidas de desoneração para auxiliar os governos locais a reduzirem as tarifas de transporte coletivo, motivo que deu origem às manifestações.

No dia 21 de junho a presidente da república veio a público em rede nacional e anunciou que abriria negociações com prefeitos e governadores para que fossem desenvolvidas melhorias nos serviços públicos, além de um plano nacional de mobilidade urbana. Além disso, prometeu destinar 100% dos royalties do petróleo à educação e trazer médicos estrangeiros para ampliar o atendimento do sistema de saúde. Também anunciou que iria se reunir com representantes dos movimentos sociais e promover uma reforma política, capaz de ampliar a participação popular. Fez ainda esclarecimentos sobre o financiamento das obras relacionadas à Copa do Mundo e pediu respeito aos espectadores dos jogos da Copa das Confederações, que estava ocorrendo no país na mesma época.

De fato, após o pronunciamento ocorreram as reuniões e cidadãos comuns, vinculados aos movimentos e coletivos que organizaram os protestos, foram recebidos pela presidência da república, algo em si bastante significativo. Essa reunião ocorreu no dia 24 de junho e no dia 26 de junho A presidente recebeu os prefeitos e no dia 27 os governadores de Estado. Nessas reuniões foram apresentados cinco pactos nacionais: a) transporte público, foram anunciados investimentos em corredores de ônibus, metrô, a desoneração de impostos para combustível e energia elétrica e a criação de um Conselho Nacional de Transporte Público, com participação da sociedade civil; b) saúde, foram antecipados os investimentos para a construção de hospitais e unidades de saúde e anunciado que o governo federal iria incentivar a ida de médicos para regiões remotas do país e trazer médicos estrangeiros para cobrir o déficit de médicos no sistema de saúde; c) educação, anunciou a destinação dos royalties do petróleo para a educação; d) responsabilidade fiscal, anunciou medidas de estabilidade econômica e controle da inflação; e) reforma política e combate à corrupção, propôs a criação de um plebiscito para que uma assembleia constituinte exclusiva fosse criada para promover uma reforma política, além de propor a transformação da corrupção dolosa em crime hediondo.

Todas essas medidas tiveram grande repercussão na população em geral, nos meios de comunicação e no meio político. Algumas das medidas foram implementadas, outras passaram por modificações antes de se realizarem, e outras foram descartadas após

o envolvimento do congresso nacional. O congresso nacional também reagiu às movimentações, tanto da população, quanto da presidência da república: recusou a PEC37, atendendo a uma das reivindicações populares, aprovou o projeto que torna a corrupção crime hediondo, retirou o projeto de “cura gay” da pauta, aprovou a lei anticorrupção, dentre outras medidas. Por fim, as tarifas de transporte públicos foram reduzidas por governadores e prefeitos.

Todas essas reações por parte do governo devem ser vistas dentro de um contexto específico, mas é significativo que mudanças que poderiam levar meses e até anos para serem implementadas foram aceleradas por conta da pressão realizada pelos protestos. Esse novo tipo de atuação política deve ser avaliado com cuidado, a fim de que se possa perceber se implicam mudanças no modelo de participação e se ocorrem modificações no ciclo de desenvolvimento de políticas públicas.

A presença das redes e o uso das TICs têm permitido ampliar o significado da participação e suscitado novos debates acerca da democracia. De fato, a movimentação pela qual atravessa o mundo, pelo menos nos últimos três anos, tem chamado a atenção de pesquisadores, mas também de diferentes formadores de opinião e agentes do Estado. As Jornadas de Junho ocorridas no Brasil em 2013, por exemplo, demonstraram a necessidade de uma ampliação dos espaços de participação e de uma renovação dos procedimentos democráticos, como afirma Subirats:

Essa democracia renovada que buscamos, essa defesa do comum que nos impulsiona, tem na internet, como já destacamos, um cenário de potencialidades evidente. Politicamente, pois facilita notavelmente o acesso, a informação e a mobilização, evitando a transição-intermediação forçosa via partidos-instituições (SUBIRATS, 2011, p.94)⁵

A análise das ações apresentada nesse artigo demonstra uma inventividade nas estratégias e dão forma a um novo momento do ativismo político. Isso corresponde ao estágio de desenvolvimento tecnológico em que nos encontramos e ao grau de racionalidade que atingimos. Segundo Milton Santos (1996) vivemos em um meio técnico-científico-informacional, que corresponde ao grau de desenvolvimento tecnológico de nossa época e todas as suas implicações. Esse meio indica uma nova relação espaço-temporal que está em sintonia com o atual estágio de desenvolvimento do

⁵ Tradução do autor.

mundo do trabalho e da globalização. Dessa realidade é possível extrair pelo menos duas informações importantes. A primeira é que as presenças da tecnologia e da racionalização conduziram os indivíduos a um insulamento provocado pela aceleração do tempo e pelo totalitarismo do trabalho. Isso gerou um longo processo de despolitização e enfraquecimentos dos espaços tradicionais de participação, tais como os sindicatos e partidos políticos. A segunda informação que decorre dessa realidade é que a presença de tecnologias altera tanto o cotidiano das instituições, quanto dos cidadãos. Assim, se não existe tempo durante o dia para que o cidadão dedique à política, uma vez que o mundo do trabalho o ocupa, a presença das TICs permite novas formas de articulação e criativas iniciativas de mobilização. A profissionalização da política, que ganhou forma no institucionalismo e na própria democracia representativa, compreende o modelo *top-down* de formulação de políticas. O que tem sido visto nos últimos anos é a demonstração de que a presença das tecnologias, que sempre foram usadas para o aperfeiçoamento da racionalidade de Estado, passaram agora a abrir novos espaços de participação.

A Constituição Federal de 1988 (CF88) já previa esses espaços, mas no momento em que foi produzida não havia a tecnologia de hoje disponível. A participação e engajamento na política dependia da participação presencial. Passados 25 anos, a socialização das tecnologias trouxe um novo contexto e permitiu o preenchimento de alguns desses espaços previstos na CF88 e a criação de outros. Avaliar a forma como essas cinco experiências mapeadas, associadas a outras que não puderam ser avaliadas aqui, concretizam a participação significa dar forma a esse novo contexto democrático.

A partir do estudo bibliográfico sobre participação política, as possibilidades de uso das TICs e a análise das iniciativas de webativismo, foi possível perceber que esse fenômeno envolve múltiplas dimensões, que aqui foram agrupadas em cinco, e que permitem traduzir o complexo jogo político contemporâneo. O ciberespaço e suas ferramentas comunicacionais ampliam a dinâmica desse jogo e promovem alterações nas práticas políticas.

É preciso avaliar em que medida o bom uso das TICs pode contribuir para o sucesso da ação, ponderar a importância do capital simbólico emprestado pelos atores envolvidos e compreender o peso que o desdobramento da ação nos meios de comunicação tradicionais exerce na formação da opinião dos cidadãos sobre o tema considerado. As medidas tomadas pelo governo após a movimentação social de junho são

um indicativo de como esses protestos podem ser vistos pelo governo como uma ameaça política e, ao mesmo, como um potencial eleitoral. Pelas duas alternativas é possível identificar reações e resultados práticos.

O conhecimento do potencial de influência das ações pode significar uma maior aproximação do conhecimento da relação entre governantes e governados no atual estágio de desenvolvimento da democracia, por isso pesquisas como essa são urgentes. O empoderamento do cidadão corresponde a uma nova fase de um longo processo de amadurecimento, tal como afirma Subirats:

A proposta de uma outra democracia, a proposta de uma democracia do comum, aqui parcialmente exposta, mas presente em muitos lugares e experiências em todo o mundo, está ganhando terreno e está presente na crescente mobilização social em todo o mundo. Não há dúvidas de que continuaremos falando dela e, melhor ainda, que continuaremos a experienciá-la (2011, p. 103).

Ao presenciarmos a intensificação dos protestos de rua e o crescimento em progressão geométrica das ações que se valem da internet como meio de organização, vemos o despontar de uma Multidão (HARDT & NEGRI, 2005) participativa e engajada, embora ainda demonstre dificuldade em organizar suas forças. A Multidão é fragmentada, pluralista e se articula através de redes. Não tem coesão interna, é colaborativa e é, principalmente, criativa e resistente. A sua resistência passa, necessariamente, pela comunicação digital. Essa é uma realidade nova que o mundo vive e que ainda não foi compreendida, pois o webativismo tem sido interpretado a partir de velhos modelos. Procuram-se lideranças e causas específicas, mas o modelo de participação não tem sido colocado em pauta. As TICs permitiram ao cidadão ampliar a participação sem sacrificar o mundo do trabalho. A articulação em rede garante à população uma pluralidade de perspectivas sobre os fatos e, principalmente, uma velocidade que a mídia tradicional não consegue acompanhar. O resultado disso é que, com uma intensidade cada vez maior, as ações promovidas com o uso das TICs têm pautado a agenda da mídia tradicional. Esse procedimento tem sido adotado como estratégia pelos webativistas, e tem se mostrado como algo bastante eficaz para chamar a atenção do poder público. Ao se analisar as diferentes iniciativas de webativismo, cria-se um parâmetro de compreensão do comportamento da Multidão. De acordo com Michael Hardt e Antonio Negri,

Já podemos reconhecer que hoje o tempo se divide em um presente que já está morto e um futuro que já nasceu – e o abismo entre os dois vai se tornando enorme. Com o tempo algum evento haverá de nos impulsionar como uma flecha para esse futuro vivo. Será este o verdadeiro ato de amor político (HARDT & NEGRI, 2005, p. 447)

Os autores não escondem o otimismo em sua análise. A avaliação da realidade política contemporânea, realizada antes da onda de manifestações que se espalharam pelo mundo e chegaram ao Brasil, já apontava para a possibilidade de uma nova participação política como forma de resistir à sociedade de controle. Hardt e Negri afirmam que, no contexto de globalização e neoliberalismo, “a democracia global terá de significar algo diferente do que significa democracia no contexto nacional ao longo de toda a era moderna” (HARDT & NEGRI, 2005, p. 294). Isso significa o reconhecimento de que o controle por parte dos governantes, na forma plural que assume na contemporaneidade, deverá ser tratado por parte dos governados com novas estratégias, com a constituição de uma força que ultrapassa a violência física e apela para a socialização do poder simbólico. As redes tecnossociais modificaram totalmente o cotidiano dos homens. A convergência digital faz com que os indivíduos estejam conectados durante o dia inteiro e tenham acesso a uma quantidade imensurável de informações. Essa realidade técnico-científica-informacional implica o reconhecimento de que a participação política compreende o entrelaçamento dos mundos *online* e *offline*. A opinião pública condiciona-se a essa velocidade e, a despeito de não haver uma cultura política generalizada, a sociedade civil organizada parece ter percebido como se valer dessa realidade, fazendo com que haja a validação de propostas pelo maior número possível de pessoas através de mecanismos diversos. Os governos têm percebido essas mudanças e têm procurado se adaptar. No entanto, se a nova realidade implica um processo constante de inventividade e renovação, as estratégias de mobilização oferecem sempre novos meios de se exercer pressão e os governantes são obrigados a responderem de alguma forma a essas manifestações, como foi visto em junho de 2013 no Brasil. Trata-se de uma realidade bastante complexa, que implica um número grande de variáveis para sua melhor compreensão.

Referências bibliográficas

ARAUJO, R., PENTEADO, C. e SANTOS, M. (2010). O uso das NTICs na formulação e divulgação de Políticas Públicas: o caso do Ministério da Cultura. *Revista Ponto-e-vírgula*, São Paulo, nº 8, p. 88-121.

_____. (2013). Democracia digital e experiências de eParticipação: construção do Índice de Participação e Influência no processo de desenvolvimento de Políticas Públicas. Paper apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8573&Itemid=429.

_____. (2012a). Sociedade civil e políticas públicas: o uso da internet pela Rede Nossa São Paulo na articulação política. Paper apresentado no 36º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7821&Itemid=76

_____. (2012b). Sociedade civil organizada e estratégias de articulação: o caso da Rede Nossa São Paulo. Paper apresentado no 8º Encontro da ABCP, Gramado. Disponível em: http://www.starlinetecnologia.com.br/abcp2012/arquivos/29_6_2012_3_44_33.pdf

ARAUJO, William F. & FREITAS, Ernani C (2012). “Quanto custa mudar o mundo?” análise da dimensão discursivo no Wikileaks. In *Revista Fronteiras*, Bol. 14, nº 2.

ARAUJO, William F. (2011) Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil. Trabalho apresentado no V Simpósio Nacional ABCiber - Dias 16, 17 e 18 de Novembro de 2011 – UDESC/UFSC, Florianópolis/SC.

AVRITZER, Leonardo (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In *Opinião Pública*, vol. 14, nº 1.

BRUGUÉ, Quinn (2009). *Una administración que habla es una administración que piensa*. In: PÉREZ, Ignacio C. (coord) (2009). “Participación Ciudadana” ...para una Administración deliberativa. España: Dirección General de Participación Ciudadana, Gobierno de Aragón.

Cadernos Adenauer XIII (2012) *Democracia virtual*, nº 3, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

CAVALCANTE, Rebeca F. Ciberativismo: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação – Área de Especialização Estudo dos Media e do Jornalismo. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova Lisboa, Março de 2010.

- EGLER, Tamara. (2010) Redes tecnosociais e democratização das políticas públicas. In *Sociologias*, ano 12, Nº 23, jan/abr, 2010.
- EISENBERG, José. Democracia Digital. In: GIOVANNI, Geraldo di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). *Dicionário de Políticas Públicas* (2v). São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial, 2013.
- FLEURY, Sonia. Democracia Deliberativa. In: GIOVANNI, Geraldo di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). *Dicionário de Políticas Públicas* (2v). São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial, 2013.
- GIOVANNI, Geraldo di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs) (2013). *Dicionário de Políticas Públicas* (2v). São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial.
- GOHN. M. da G. (2012). *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 10ª ed.
- HARDT, M. & NEGRI, A. (2005) *Multidão*. Rio de Janeiro, Record.
- JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.
- KAHN, Richard & KELLNER, Douglas (2004). *New Media and Internet Activism: from the "Battle of Seattle" to Blogging*. *New Media & Society*, vol. 6 (1).
- LEMONS, André. *Cibercultura* (2004). *Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina.
- MACHADO, Jorge Alberto (2007). *Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul/dez 2007, p. 248-285
- MACINTOSH, Ann (2004). *Characterizing E-Participation in Policy-Making*. *Proceedings of the 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences*, Computer Society Press.
- MACINTOSH, A.; WHYTE, A (2008). *Towards an evaluation framework for eParticipation*. In: *Process and Policy*, Vol. 2 No. 1, pp. 16-30.
- MATOS, Heloiza (2007). *TIC's, internet e capital social*. In *Líbero*, Vol. 10, nº 20.
- MEIJER, A.; BURGER, N.; EBBERS, W (2009). *Citizens4Citizens: Mapping Participatory Practices on the Internet*. In: *Electronic Journal of e-Government*, Vol. 7, Issue 1, pp. 99-112.
- MORAES, Denis (2000). *Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet*. In *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. 23, nº2.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (2013). *Participação Política*. In: GIOVANNI, Geraldo di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). *Dicionário de Políticas Públicas* (2v). São Paulo:

FUNDAP/Imprensa Oficial.

NORRIS, Pippa. & CURTICE, John (2006). If you build a political web site, will they come? In *International Journal of Electronic Research*, vol. 2, nº2.

PÉREZ, Ignacio C. (coord) (2009). “Participación Ciudadana” ...para una Administración deliberativa. España: Dirección General de Participación Ciudadana, Gobierno de Aragón.

PEREZ, Marcos A (2006). *A participação da sociedade na formulação, decisão e execução de políticas públicas*. In BUCCI, Maria D. (org.) *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva.

PINEZI, A. K. M. ; PENTEADO, C. L. C. ; SILVEIRA, S. A. (2012) . *Cultura, Tecnologia, Redes e Espaço de Sociabilidade e socialização*. 1. ed. Santo André/ SP: Universidade Federal do ABC.

PINHO, José Antônio G. (org.) (2012). *Estado, sociedade e interações digitais; expectativas democráticas*. Salvador: EDUFBA.

PUTNAM, R. D (2002). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3º Edição, Rio de Janeiro: Editora FGV.

SANTOS, Milton (1996). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

SCHERER-WARREN, Ilse. (2006) *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. *Soc. estado.*, Brasília, v. 21, n. 1, Apr 2006.

SENNETT, Richard (1999). *A Corrosão do Caráter*. Rio de Janeiro: Record.

SUBIRATS, Joan (2011). *Otra sociedade, otra política? – De “no nos representan” a la democracia de lo común*. Barcelona (Espanha): Icaria Editorial.

TAMBOURIUS, E., MACINTOSH, A. COLEMAN, S.; et al. (2007), *Introducing eParticipation: DEMO_net Consortium*. IST Network of Excellence Project. Disponível em:

http://www.ifib.de/publikationsdateien/Introducing_eParticipation_DEMOnet_booklet_1.pdf. Acesso em: 10/02/2012.